

MOVIMENTO NEGRO DE BASE RELIGIOSA: a Irmandade do Rosário dos Pretos

Taynar de Cássia*

*“Eu vim de lá, aqui cheguei, trabalho forçado todo tempo acuado sem ter a minha
vez.
Pedra sobre pedra, sangue suor, alegria, Ilê Aiyê presente expressão marco viva
da nossa Bahia.
Cada pedaço de chão, cada pedra que cai é um pedaço de mim.
Ilê Aiyê, o povo bantu ajudou a construir o Brasil...
Irmandade Boa Morte, Rosário dos Pretos, Zumbi lutador, lideranças firmadas que
apesar do tempo o vento não levou...”
(Bloco afro Ilê Aiyê)*

RESUMO: Entende-se por movimentos negros, no Brasil, as várias formas que historicamente têm tomado a reação organizada por parte dos negros em face de uma ordem estabelecida racista. Neste caso, a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, em Salvador, configura-se como uma das formas assumidas pelos movimentos negros ao longo de sua história de resistência. Constituindo-se enquanto grupo organizado, as irmandade religiosas leigas compostas por negros em muito serviram como canal de acesso ao meio social brasileiro, bem como um espaço de reconstrução da identidade étnico-racial. Por isso, ainda hoje, a Igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho, onde se firmou a Irmandade do Rosário, apresenta-se como um dos lugares ou territórios no qual são revividas experiências culturais negras, constituindo-se fator de identificação para os movimentos negros, hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento negro, Igreja, catolicismo, Irmandade Rosário dos Pretos

No Brasil, entendemos por movimentos negros as várias formas de reação organizada por parte dos negros, em face de uma ordem estabelecida racista. Os movimentos negros brasileiros surgiram, portanto, numa estrutura social escravista que subordinou como ser inferior uma parcela da população frente ao poder branco.

* Taynar de Cássia é ativista do movimento negro e mestrandia em Antropologia Social na Universidade de São Paulo – USP.

As principais aspirações das organizações negras têm sido a integração e a legitimação da existência do negro dentro da sociedade brasileira. Durante a escravidão, os quilombos, o movimento revolucionário dos malês, as irmandades e outras expressões negras, enquanto formações sociais alternativas, representaram frações dos movimentos negros.

A celebração das lideranças negras feitas no âmbito do bloco afro *Ilê Aiyê*, tal como aparece na epígrafe, deve-se à influência que muitos desses grupos organizados tiveram no passado, junto ao povo negro, sobretudo no que se refere ao ideal de liberdade. Entretanto, as reações negras organizadas não se constituíram em um bloco monolítico, com características imutáveis. A diversidade de elementos culturais africanos presentes no Brasil influenciou, sobremaneira, a composição dessas organizações. É desse modo que percebemos o significado da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, em Salvador, Bahia, enquanto movimento social da população negra, no passado, que ainda ressoa na atualidade.

A IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS DO PELOURINHO: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Durante os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, o catolicismo exerceu total poder de coerção sobre qualquer outra prática religiosa ou expressão cultural. Aspectos dessa imposição da Coroa Metropolitana sobre a “estranha gente” foram constatados desde a primeira cerimônia da posse da terra descoberta. O ritual era predominantemente marcado por símbolos litúrgicos da Igreja Católica (Hoonart, 1978, p. 14).

O santo sacrifício é celebrado sobre um altar mui bem corrigido que mandou armar debaixo de um esparável, isto é, de uma coberta de folhas, num ilhéu ou coroa em que iam à esquadra e as tripulações, com a presença curiosa dos indígenas, portando prevenidamente suas setas e arcos. Essa missa, ouvida por todos com muito prazer e devoção, dita pelo capelão-mor da frota, Frei Henrique de Coimbra, cantada e celebrada pelos outros sete frades, não foi realmente, um mero ato de regozijo espiritual, porém um significati-

vo rito de posse, a que presidiu o próprio comandante da expedição empunhando a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual este sempre alta da parte do evangelho. (Azevedo, 1978, p. 20)

A Igreja e o Estado exerceram a função de submeter os povos nativos ao seu *modus vivendi*, convertendo-os à fé cristã. Talvez a principal aspiração, tanto de Portugal como de outras nações européias nessa fase da história do Brasil, tenha sido a de assegurar a fixação de populações cristãs e européias como grupos soberanos. O que se defendia era a homogeneidade da sociedade brasileira do ponto de vista de sua formação moral e política. Independentemente da diversidade cultural encontrada no Brasil, no início de sua formação era impossível viver outra forma de manifestação religiosa que não fosse a católica.

De acordo com os projetos políticos de Portugal, a formação social do Brasil implicou, dentre outras coisas, na unificação moral e política das raças aqui presentes contra os hereges protestantes, representados na figura dos franceses, holandeses e ingleses. A idéia de solidariedade prevista pela coroa portuguesa contou como seu principal dispositivo – a fé católica. “*O que era preciso é que fosse Católico-Romano ou aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera; que se batizasse; que professasse a fé católica, apostólica romana*” (Freyre, 1990, p. 200).

Vários foram os mecanismos de vigilância utilizados pelo poder régio, visando manter a ordem social brasileira calcada nos padrões culturais europeus. A Inquisição, instrumento disciplinador, foi utilizada para punir os judeus. Qualquer judeu que ousasse se manifestar religiosamente poderia ser queimado em praça pública. Essa era uma das estratégias inibidoras de qualquer desejo de reviver as suas expressões culturais por parte de outros grupos étnicos. A prática impositiva da Coroa também viria a contribuir para propagar a aparente homogeneidade presente no Brasil. Além da Inquisição, foram realizadas visitações, deportações, repressões e confiscos aos brasileiros, ordenados pelo Tribunal do Santo Ofício.

(...) o catolicismo no Brasil é o cimento que une a nação, o laço que prende a todos, local de reunião e confraternização entre as raças as mais diversas que compõem a nacionalidade: afirmação como estas se repetem de geração em geração, embora elas pareçam bastante levianas para quem sentiu o clima de medo e de repressão existente na colônia. (Freyre, 1978, p. 14)

Aos poucos, vários grupos étnicos, na tentativa de ocupar uma posição de prestígio na sociedade brasileira, começaram a experimentar em vários lugares públicos uma certa intimidade com os santos católicos. Os brasileiros buscavam com isso invocar a Deus, aos Santos e às Santas da Igreja Católica, como maneira de se refugiar das punições estabelecidas pela estrutura social vigente na época. Esse cenário constituiu por muito tempo a realidade do Brasil Colônia.

Em Portugal como no Brasil, enfeitavam-se de tetéias, de jóias, de braceletes, de brincos, de coroas de ouro e diamante as imagens das virgens queridas ou dos Meninos-Deus como se fossem pessoas de família. Dão-lhe atributos humanos de rei, de rainha, de pai, de mãe, de filho, de namorado. Liga-se cada um deles a uma fase da vida doméstica e íntima. (Freyre, 1990, p. 219)

No caso específico das experiências negras, apesar de terem se moldado à forma católica, vários traços culturais africanos foram mantidos ou re-significados. Enquanto os funcionários da colônia interpretavam os cultos afro-brasileiros como uma forma profana de se adorar aos Deuses, informando aos deputados do Santo Ofício que se tratava de folclore, os africanos continuavam a cultuar os seus Orixás. Sob invocações e imagens católicas, os negros dançavam e cantavam músicas para as suas divindades. Estudos sobre o culto afro no Brasil têm levado alguns pesquisadores a intuir que, na experiência particular entre os elementos culturais africanos e os símbolos do catolicismo, estiveram presentes fatores estruturais, incidindo no fenômeno do “sincretismo”. Dessa forma, as conformidades existentes entre os Santos da Igreja Católica e os Orixás do Candomblé além de terem ocorrido por força da imposição católica da época, decorreriam também das influências estruturais imbricadas nos símbolos religiosos.

As imposições da Igreja Católica face às outras atividades religiosas por vezes têm sido interpretadas não como a tentativa de destruir estas diferentes manifestações, mas sim de controlá-las e assegurar o número de adeptos que, por conseguinte, contribua para a propagação da própria fé (Beozzo, 1985). Isso ocorria, sobretudo, à medida que o poder eclesiástico “permitia” a manutenção de símbolos pertencentes às outras culturas na prática do catolicismo. Dentro desse contexto, a presença de negros nas várias confrarias religiosas é um dos indicadores desta postura da Igreja Católica. Mesmo porque,

Não é de admirar-se que nessas condições o homem de cor reagisse no Brasil exatamente como nos Estados Unidos e que transformasse esse catolicismo do qual se queria fazer como um meio de controle social e de integração numa sociedade que o maltratava, num instrumento, pelo contrário, de solidariedade étnica e de reivindicação social. (Braga, 1980)

Para a Igreja Católica, as irmandades foram um dos meios mais eficazes de converter ou até mesmo submeter diversos grupos étnicos, tais como índios, mouros e negros, ao catolicismo. Alguns estudiosos afirmam que, no Brasil, várias irmandades estiveram por muito tempo sob o controle da coroa portuguesa, submetidas à fiscalização do setor eclesiástico. As tensões entre o rei e as autoridades religiosas diante dessa situação eram evidentes até finais do século XVIII, ainda que se constate que a maioria das permissões concedidas para a construção de igrejas pertencentes a estas associações tenha sido delegada pelo poder régio (Scarano, 1976).

As confrarias religiosas já existiam em Portugal desde o século XIII e dividiam-se em irmandades e ordens terceiras; estas últimas distinguiram-se das irmandades, sobretudo, por se associarem às ordens religiosas conventuais (franciscanos, dominicanos, carmelitas), o que as colocavam numa posição de prestígio (Reis, 1991). Ao longo de suas existências, muitas irmandades negras foram elevadas à categoria de ordem terceira, como foi o caso da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho.

É mais precisamente no século XVIII que as irmandades no Brasil começam a se proliferar. Revestidas pelo modelo português, tentavam se adaptar às condições locais. Atividades como empréstimo de dinheiro a juros para os membros integrantes das confrarias foram revividos no Brasil, primeiro por irmandades mais ricas, constituídas por brancos representantes da elite local e depois copiada por outras irmandades.

As associações leigas, a exemplo das irmandades, tinham finalidades religiosa e caritativa. É importante destacar que as irmandades religiosas compostas por negros, além de assumir a assistência médica e jurídica, o socorro em momentos de crise financeira e os funerais tanto de membros dessas associações quanto de seus familiares, também se responsabilizavam pela compra de alforrias de outros escravos.

A partir do compromisso, lei que estabelece os estatutos da organização e da sua aprovação pelas autoridades eclesiásticas, as associações leigas eram reconhecidas no meio social. Era obrigação de todos os membros dessas confrarias seguir à risca os seus mandamentos. Contavam como requisitos básicos na sua estruturação a categoria sócio-econômica e a cor da pele.

Os estudiosos do assunto registram um grande número de irmandades de homens de cor. As Irmandades do Rosário, trazidas pelos jesuítas, foram as mais numerosas em todo o Brasil colonial, tradicionalmente divididas entre as de crioulos (pretos nascidos no Brasil), mulatos e de africanos. Estas, como as demais confrarias religiosas, estruturavam-se em torno de uma mesa presidida obrigatoriamente por alguém da “raça”. Dentro dessa exigência, deveria ser escolhido um juiz ou presidente, no caso das irmandades, e um prior no caso das ordens terceiras.

Em 1685, a Irmandade do Rosário dos Pretos foi erguida e confirmada na Sé Catedral¹, e no início do século XVIII, entre 1703-1704, os membros da confraria conseguiram levantar a sua própria capela às Portas do Carmo. Era de fundamental importância a obtenção de um espaço próprio para que fossem realizados tanto os rituais religiosos como as atividades sociais dirigidas ao negro. Durante grande parte do século XVIII, depois de sucessivas tentativas para a concessão de um terreno por D. João V, é que se dá a construção da igreja, concluída em 1781². Ao longo do século XIX, inúmeras obras de restauração foram feitas, envolvendo o consistório, o cemitério, o retábulo da capela mor e o telhado da igreja. Ainda hoje, situada no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, apresenta-se como um dos principais símbolos para a população negra da cidade.

Na Irmandade do Rosário dos Pretos, a cada primeiro domingo do mês de outubro, eram realizadas as eleições da mesa, no consistório da Igreja do Rosário dos Pretos. Algumas qualidades básicas eram exigidas para os membros que se candidatassem para fazer parte da mesa das confrarias. De acordo com o compromisso de 1820, era preciso

Ser pessoa livre, para que sejam promptos em exercer e satisfazer os actos de Irmandade livre d'agua infamia a que está sujeita a condição servil. Ressalta que pessoas sujeitas poderiam exercer os cargos de mordomo da Festa, desde quando pudessem cumprir suas obrigações e satisfazer as exigências econômicas de costume, assim como, serem Irmãos da Mesa desde quando tivessem bom procedimento e seu cativo fosse suave. E que as Juízas, Mordomas, Procuradoras, poderiam ser escravas, porque pela qualidade do sexo não exercitão acto de Mesa. No entanto, acentua que em nenhum caso, poderiam ser escravos, os elementos responsáveis pela direção da Irmandade, ou seja, Juizes, Escrivões, Tesoureiro, etc. (Bacelar e Souza, 1974)

Os membros da mesa do Rosário dos Pretos deveriam, principalmente, ter boa conduta e ser reconhecidos socialmente, a fim de

¹ Não se tem ao certo o ano de fundação da Irmandade.

² Histórico da Igreja do Rosário dos Pretos. Arquivo da própria Igreja.

assegurar a confiança entre os demais integrantes da confraria. Além dessas qualidades, os confrades deveriam possuir boas condições econômicas, pois era, sobretudo, através das contribuições materiais dos seus membros que as irmandades realizavam seus rituais fúnebres e festivos, efetivavam reformas na Igreja, ornamentavam sua capela, assim garantindo a ascensão social e econômica da irmandade. Uma das questões de suma importância tratada com a aprovação do compromisso de 1820 foi o afastamento dos homens brancos que ocupavam cargos na mesa. Tal decisão revogou o que determinava o estatuto de 1781, segundo o qual os cargos de tesoureiro e escrivão deveriam ser ocupados por homens brancos. Aspectos como estes indicam uma possível reconstrução da identidade negra ao interior destas confrarias, pois as “*irmandades negras, pode-se dizer, foram no século passado uma arena de conflito racial numa escola de conscientização dos negros diante do racismo e prepotência dos brancos*”. (Faria, 1997, p. 55)

As irmandades africanas inicialmente se subdividiam de acordo com as etnias de origem, o que era importante para as classes dirigentes que acreditavam na possibilidade de manter as rivalidades étnicas entre os grupos presentes no Brasil durante a escravidão. Da perspectiva do negro, esta realidade pode ter, por muito tempo, impedido a manifestação de atitudes mais contundentes frente à ordem estabelecida.

Durante grande parte do século XVIII, pelo menos até o momento em que os bantos constituíram o maior contingente de africanos trazidos para o Brasil e para a Bahia, a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho foi formada, basicamente, por negros de Angola e seus descendentes. Em 1685, ano em que se notifica sua fundação, esta associação religiosa era de maioria angolana; já na virada do século XIX tornou-se incessante o ingresso de crioulos, jejes e africanos de outras etnias, ainda que estes pudessem significar ameaça às tradições angolanas. Num certo sentido, apesar da permanência de um grande número de angolanos no grupo, a crescente admissão de outras etnias na Irmandade do Rosário dos Pretos pode ser explicada pela necessi-

dade de ampliar a base de sustentação econômica que, por sua vez, garantiria o prestígio social demonstrado através da rica ornamentação da igreja, da posse das melhores vestes, dos grandiosos funerais e de procissões cheias de alegorias.

Enquanto lugar de recriação de identidades étnicas africanas, por muito tempo, várias confrarias viveram rivalidades internas, com os diversos grupos buscando privilégios em detrimento de outros. Com o passar do tempo, as irmandades consolidaram-se como um verdadeiro espaço de aliança interétnica, uma possibilidade de conviver com as diferenças, funcionando como meio de afirmação cultural sem deixar de ser uma via de ascensão social para a população negra.

Vale ressaltar que as mulheres africanas também ocupavam cargos de juízas, procuradoras encarregadas dos irmãos necessitados, coletoras de esmolas, mordomas e eram responsáveis pela organização dos festivais anuais nas irmandades. Em diversas confrarias negras como, por exemplo, a do Rosário, existia uma mesa composta por mulheres e outra mesa composta por homens. Note-se que alguns estudos sobre esse mesmo tema, como o de Reis (1991), também atribuem a participação das mulheres nas confrarias à necessidade destas ampliarem o restrito mercado afetivo.³

A IGREJA DO ROSÁRIO DOS PRETOS DO PELOURINHO: ESPAÇO DE NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS

Para as irmandades, a construção da igreja ou capela resultava, sobretudo, da necessidade de compartilhar os interesses coletivos num espaço que lhes garantisse uma certa segurança. Durante um longo período, as igrejas representaram o lugar onde se desencadeavam os debates e lutas que eram proibidos de se efetivar em espaços públicos. Para os detentores do poder, as autoridades civis e eclesiás-

³ É importante registrar a existência de irmandades exclusivas de mulheres, como a irmandade ioruba da Boa Morte, com sede na Igreja da Barroquinha, no centro da cidade de Salvador, hoje situada em Cachoeira, Bahia.

ticas, as irmandades eram concebidas como fontes de perigo. Assegurando-se enquanto grupo organizado, as confrarias religiosas procuravam fugir das intervenções destas autoridades, reivindicando a independência da associação. A construção de um templo religioso próprio era tida como um dos principais meios para alcançar essa independência, permitindo aliar maior *status* à maior *liberdade de ação* (Scarrano, 1976).

Cada confraria procurava construir obras exuberantes para competir com as outras, sendo que as mais ricas irmandades ou ordens terceiras determinavam os padrões a serem seguidos por outras, de acordo com as suas possibilidades. As irmandades religiosas que não possuíam a sua própria igreja ocupavam os altares laterais dos demais templos religiosos, enquanto iam angariando meios que, mais tarde, permitissem a edificação da sua igreja e, conseqüentemente, uma participação mais ativa no meio social. Somente as associações que não progrediam ocupavam definitivamente os altares laterais, permanecendo numa posição secundária nos templos religiosos de outras irmandades.

Inicialmente, as irmandades de negros ocupavam os altares laterais das igrejas dos brancos. Aos poucos, iam construindo os seus templos religiosos em lugares mais afastados do espaço urbano, sem deixar de buscar manter uma posição de prestígio, como demonstra a localização de algumas igrejas da cidade de Salvador (Carneiro, 1983). As irmandades e ordens terceiras refletiam a hierarquia e a segregação raciais da época, as quais eram colocadas à prova a partir de diversas situações, inclusive nas construções de templos religiosos. Para os negros, as igrejas bem equipadas e ornamentadas eram símbolo de prestígio e espaço de vivência religiosa dentro de uma estrutura social preconceituosa e racista (Quintão, 1996).

Os templos religiosos das confrarias negras tanto refletiam as rivalidades entre os grupos étnicos quanto outros tipos de conflitos,

como os que ocorriam entre os párocos e a irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho. Com o propósito de melhor controlar socialmente os negros, várias intervenções foram feitas pelo poder eclesiástico e pelo poder civil. Os confrades reagiam às intromissões, principalmente a dos padres, utilizando-se de instrumentos legais. Diversas foram as acusações de que o vigário havia interferido em assuntos particulares da irmandade, opondo-se à aprovação do compromisso e cobrando altas taxas nos serviços prestados para a confraria, assim lucrando em seu favor.

A intensificação dos conflitos no interior da igreja demonstrava que nem todas as vezes as autoridades religiosas desenvolveram fielmente as suas atividades missionárias, e nem sempre o pároco foi recompensado devidamente pelos confrades. Denúncias de abusos e de intervenção seguidas de proibição do vigário escolher o tema dos sermões foram, diversas vezes, levadas às autoridades. Vários foram os momentos de insatisfação por parte da confraria do Rosário com as decisões tomadas pelas autoridades em relação ao pároco. Mas, ainda que os membros da irmandade não tivessem conseguido afastar definitivamente o vigário das suas principais funções, conseguiram intimidar, sobretudo, o ingresso de brancos na irmandade. As decisões das autoridades face às denúncias dos negros também revelavam o clima de medo da ocorrência de qualquer rebelião escrava, tal como a revolta da *cemiterada*, que veio a acontecer em 1836. O papel das irmandades foi preponderante no movimento de derrubada do cemitério do Campo Santo, em Salvador, contra uma empresa que obteve do governo o monopólio dos enterros na cidade. Até essa data, todos os funerais eram realizados nos cemitérios das próprias igrejas (Reis, 1991).

As festas realizadas pelas irmandades, até o século XIX, são importantes para se compreender como os elementos e costumes africanos continuavam sendo revificados pelo grupo. O processo de “desafricanização” do espaço urbano de Salvador se fez muito presente nos

discursos dos intelectuais e políticos durante os primeiros anos da república. Nas ruas da cidade, uma majoritária e diversificada população negra manifestava-se de várias formas, tornando mais premente a aspiração das elites no sentido de desmontar as batucadas e sambas de roda protagonizadas por grupos de negros. A pretensão era o modelo cultural urbano europeu vigente no período. A tensão entre as formas tradicionais de expressão cultural africanas e a ordem republicana foi uma constante em um período da história baiana que se pretendia culturalmente inovador (*ibidem*).

O processo de romanização empreendido pela Igreja Católica brasileira representou uma das ações mais radicais do setor eclesiástico, nesse período da história baiana. Tratava-se de purificar os valores legítimos da fé, sancionando os aspectos “atrasados” da religiosidade “sincrética” professada pelos brasileiros. Na Bahia, o desagravo aos reformadores eclesiásticos por parte dos católicos assegurava algumas peculiaridades de culto, as quais motivaram inúmeras tentativas de extinguir as alegorias e rituais considerados “extravagantes”, expressões da prática de um catolicismo lúdico e sincrético, em que era marcante a presença da herança africana.⁴

As irmandades religiosas de leigos em muito contribuíram na organização dessas festas. Várias licenças foram concedidas à Irmandade do Rosário das Portas do Carmo para armar palanque e embandeirar as ruas nas festas da sua padroeira. Todavia, essas comemorações continuavam a ser vigiadas pelos comissários de polícia que buscavam junto aos reformistas republicanos concretizar o ideal de modernização europeia que contava como um dos desígnios, a preservação da “higiene” nas ruas aos moldes da Europa. Isso nos leva a compreender que a re-significação dos elementos da cultura africana, como

⁴ “O fausto dos templos, as alegorias extravagantes dos rituais, a suntuosidade das celebrações públicas da fé constituíam o catolicismo popular no século XIX. Esta exteriorização da fé talvez seja um dos traços mais característicos do catolicismo dos baianos.” (Montes, 1998, p. 142)

ocorre na irmandade do Rosário dos Pretos, caracteriza uma experiência de resistência negra frente a um sistema racista.

Assim, a igreja do Rosário dos Pretos apresenta-se como um dos lugares ou territórios no qual são revividas as experiências de grupos mais ou menos estruturados no Pelourinho, constituindo-se, até o presente, num fator de identificação para os movimentos negros da cidade de Salvador.⁵

A partir de 1980, elementos novos foram incorporados às celebrações religiosas, expressando a luta de vários povos negros no mundo contra as freqüentes agressões e negação dos seus valores históricos, culturais e religiosos. Por isso, nos estudos sobre movimentos negros é importante que maior atenção seja dispensada às reações organizadas por parte do negro dentro da igreja católica, como no caso da irmandade do Rosário dos Pretos, pois entender o significado dessas organizações é preponderante para que também se entendam as alterações da estrutura social brasileira, bem como o reaparecimento de “lideranças firmadas” no meio social negro.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2002)
(Aceito em junho/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. **Santos deuses e heróis nas ruas da Bahia**: identidade cultural na Primeira República. Afro-Ásia. n.18. Salvador: EDUFBA, 1996.
- AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão crise**. São Paulo: Ática. 1978.
- BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças – cor, trabalho e riqueza após a abolição em Salvador. In: SAMARA, Eni de Mesquita. **Família no Brasil**. São Paulo: Humanitas. 1999. p. 11-23. (Estudos Cedhal, n.9).
- BACELAR, Jeferson. Os últimos africanos em Salvador. **Revista Exu**, Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, jul./set., 1997.
- BACELAR, Jeferson. **Etnicidade, ser negro em Salvador**. Salvador: IANAMÁ, 1989.
- BACELAR, Jeferson; SOUZA, Maria C. **O Rosário dos Pretos do Pelourinho**. Salvador, 1974.

⁵ A exemplo dos blocos afros de Salvador que fazem realizar missas e outras atividades na Igreja do Rosário dos Pretos.

- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BEOZZO, José Oscar. **História da igreja no Brasil – segunda época**. Petrópolis: Vozes, 1985. Tomo 2.
- BRAGA, Júlio. **Contos afro-brasileiros**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1980.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil Colônia – os cristãos-novos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FARIA, Sara Oliveira. **Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário dos Pretos na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.56-57.
- HOONAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1500/1800**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HISTÓRICO da Igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho. Salvador: Arquivo da Igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho, s.d.
- IANNI, Octavio. **Raça e classe social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- JOSÉ NETO, Laudelino. **A pastoral do negro no Brasil após o Concílio Vaticano II – uma análise da origem da pastoral do negro no Brasil após o Vaticano II nas práticas e ações da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemático-Pastoral) - PUC/RJ, 1986.
- MIRA, João Manoel Lima. **A evangelização do negro no período colonial no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1983.
- MONTES, Maria Lúcia. Entre o arcaico e o pós-moderno: heranças barrocas e a cultura da festa na construção da identidade brasileira. **Revista Sexta-Feira** : São Paulo, n.2 .p.142-159, 1998.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude - usos e sentidos**. São Paulo, Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. São Paulo, **Revista de Antropologia**, n.23, p. 109-117, 1990.
- MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: GOMES, Josildete; COSTA, Márcia Regina da (Orgs.). **Religião, política e identidade**. São Paulo, EDUC, p. 143-146. 1988.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. **A preservação da identidade dos africanos no Brasil: conflitos e solidariedade nas irmandades religiosas do Rio de Janeiro e de Pernambuco no Período Pombalino**. IIRIHA. 1996. p. 255-272.
- REIS, João. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- REIS, João. **Escravidão e invenção da liberdade – estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REIS, João. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a irmandade de N. Sra. do Rosário do Distrito Diamantino do Século XVIII**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- SILVA, Jonatas C. da. Da história de lutas negras: memória do surgimento do movimento negro na Bahia. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção de liberdade. Estudos sobre o negro na Bahia**. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPQ, 1988.
- TEXTO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE. **Várias raças, um só povo**.
- VALENTE, Ana Lúcia. **O negro e a Igreja Católica: um espaço concedido, um espaço reivindicado**. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.
- VALENTE, Ana Lúcia. Uma pastoral contra o racismo. **Humanidades**, Brasília, v.17, p.51-54, 1988.
- TERRA, João Manoel Lima. **Bíblia, igreja e escravidão**. São Paulo: Loyola, 1983. 2v.

